

Centros históricos e riscos urbanos

*Paulo Peixoto*¹

Não há cidades sem riscos, nem riscos que não sejam instrumentalizados

Da literatura científica ao imaginário popular, a cidade foi sempre representada como um lugar de oportunidades florescentes. Mas associada a esta imagem persiste uma outra. A imagem de que a cidade é um lugar perigoso, exposto a uma multiplicidade de riscos difusos (acidentes viários, catástrofes tecnológicas, inundações, incêndios, motins, poluição, roubo, violência, *etc.*) Alguns destes riscos são antigos. Outros são recentes. E muitos desses riscos antigos têm, nas cidades de hoje, novas formas de manifestação. Até porque as cidades são, elas próprias, produtoras de riscos concretos, na medida em que o desenvolvimento urbano cria desequilíbrios ecológicos, ou que o ordenamento do espaço gera os seus próprios riscos, ou ainda porque combater determinados riscos potencia a emergência de outros. Por outro lado, a própria cidade transforma, através da espacialidade ou da densificação das actividades, a percepção que os indivíduos têm do risco. Por todas estas razões pode não valer muito a pena falar em riscos urbanos. Todos os riscos são urbanos. Mas cada espaço gera e reproduz determinados riscos em diferentes graus de profundidade. Cada configuração espacial, com a respectiva geografia e densidade, e cada tipo de população, com as suas características sociais específicas, faz emergir diferentes tipos de riscos. Os centros históricos, e cada um em especial, porque têm uma geografia e uma população peculiar, têm uma anatomia de riscos que lhes é peculiar.

Neste texto, a partir de fontes da imprensa, analisamos um caso concreto relativo à cidade do Porto. A exploração do exemplo visa demonstrar que a utilização da noção de risco, tão em voga nas análises sociológicas dos nossos dias, exige que se equacionem as formas e os objectivos da instrumentalização dos riscos urbanos. Em concreto, a questão da insegurança, enquanto uma das expressões mais mediatizadas de risco urbano, é tratada neste texto a partir da apreciação de um projecto experimental empreendido pela Câmara Municipal do Porto.

Os riscos urbanos como artifício mediático e político

Este texto parte do pressuposto que as cidades se apresentam, sobretudo aos políticos e à imprensa, como um objecto à volta do qual se gera facilmente um discurso simplista sobre a insegurança. Este pressuposto, por sua vez, permite discutir algumas das razões que levam a que as cidades sejam expostas e vividas como se atravessassem uma crise profunda. A análise dessas razões contribui para descortinar algumas das ideologias que se escondem por trás dos discursos que acentuam essa pretensa crise das cidades.

Os riscos, as ameaças e as violências que pairam sobre o mundo urbano e o facto de o termo ser facilmente compreensível e assimilável propiciam, por um lado, uma nítida instrumentalização da insegurança para fins políticos. O tema da insegurança urbana serve na perfeição os interesses que visam ocultar questões embaraçosas ou que são politicamente difíceis de gerir. É forçoso reconhecer que a representação e a estereotipagem dos problemas de insegurança urbana são intencionalmente levadas a cabo para elidir realidades mais complexas. A pobreza e a exclusão, que a sociedade não cessa de produzir, estão, com frequência, ausentes da retórica política alusiva a esse problema tão mediatizado.

¹ *Centro de Estudos Sociais
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Apartado 3087
3001-401 Coimbra - Portugal
pp@fe.uc.pt

Os indicadores de violência urbana favorecem, por outro lado, uma instrumentalização para fins mediáticos, na medida em que, no modo como é exacerbada, a questão da insegurança alimenta um sentimento de nostalgia em relação aos “bons velhos tempos”.

A mediatização da questão da insegurança não deixa de estar frequentemente marcada pela comparação entre a sociedade actual e uma sociedade passada ordeira e civilizada por valores morais sólidos. Nesse sentido, a mediatização da insegurança contribui recorrentemente para idealizar as relações sociais e de cidadania.

A questão da insegurança pode ser vista como um artifício, na medida em que é usada para corrigir ou disfarçar a realidade. Enquanto artifício político e mediático, a insegurança é um termo que se reveste de um carácter fluido. Alimentando-se desse carácter, e reproduzindo-o, os discursos políticos e mediáticos exploram e recodificam o termo para alcançar os seus próprios fins (Body-Gendrot, 2001).

A insegurança constitui-se como um elemento central de uma impenetrável sintaxe sobre a paisagem urbana. Isto porque o vocabulário utilizado para caracterizar a violência urbana reúne actos de natureza e de gravidade diferentes nos mesmos termos: violência urbana, crime urbano, tumultos, desordem, rebelião, confrontos, delinquência, *etc.* Enquanto artifício mediático, a questão da insegurança é muitas vezes tratada como uma miscelânea indiferenciada, quando exigiria que fosse abordada como um conjunto de situações de natureza e de gravidade díspares. Acresce que os protocolos de imprensa alimentam sentimentos de pânico e difundem rótulos estigmatizantes que conduzem a um efeito de espiral de violência. As contradições lógicas do artifício mediático traduzem-se particularmente no plano da exacerbção do sentimento de insegurança. Este, por sua vez, tem uma tradução muito clara no domínio dos modos como se vê e se vive a cidade (Body-Gendrot e Le Guennec, 1998).

As questões relativas à insegurança parecem estar cada vez mais enquadradas por argumentos e raciocínios que são concebidos com o objectivo de produzir a ilusão da verdade. Trata-se, em muitos casos, de apresentar a insegurança como um fenómeno recente e ameaçador, mas possível de ser dominado por políticos competentes. No jogo retórico, embora as explicações políticas simulem uma congruência com as regras da lógica, elas deixam transparecer uma certa estrutura interna que é inconsistente, incorrecta e até deliberadamente enganosa. Essa ilusão da verdade permite sustentar, como fazemos neste texto, que a questão da insegurança funciona recorrentemente como um alibi de uma acção política que confunde as causas com os efeitos. São muitos os políticos que não resistem à tentação de combater a insegurança. Porém, deliberadamente ou não, tendem a encarar a insegurança enquanto causa e a esquecer que ela é um efeito de fenómenos politicamente ingratos e de resolução incerta.

As questões que acabamos de identificar são discutidas, neste texto, a partir da análise de um caso que revela que os políticos não resistem à tentação de se socorrer da insegurança, sobretudo se puderem fixar como alvo populações facilmente estigmatizáveis.

Porto feliz

Em meados de 2002, o Presidente da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, Carlos Mota Cardoso, delineou um plano estratégico de combate à exclusão social. Desse plano destacava-se um projecto em particular que viria a ter a designação de “Porto Feliz”. Os objectivos do “Porto Feliz” passam por retirar das ruas da cidade do Porto os arrumadores de carros, reinserindo-os socialmente através da sua inclusão em actividades ocupacionais comunitárias ou através da concessão de um emprego. É um projecto que assume abertamente o objectivo de resgatar toxicodependentes e que estabelece uma relação inequívoca entre a condição de arrumador de carros e de utilizador de drogas. A esse respeito, a carta aberta do Presidente do município aos cidadãos do Porto, difundida em 2004, num momento de apelo público que visou mobilizar os cidadãos para garantir o sucesso do projecto, não deixa qualquer dúvida (Câmara Municipal do Porto, 2004).

A Droga é um dos maiores problemas da nossa sociedade e sabemos que, por causa dela, são muitos os portuenses que sofrem.

É por termos consciência disso que ela constitui para nós uma prioridade política e é, por isso, que fizemos nascer o Projecto Porto Feliz; um programa pioneiro em Portugal.

O projecto é bem visível no âmbito da integração dos cidadãos vulgarmente designados por arrumadores.

Queremos ajudar quem mais precisa de nós, queremos fazer do Porto uma cidade mais segura e, para isso, sentimos a obrigação de combater o consumo e o tráfico de droga.

Mas, para que o êxito seja total, os arrumadores que ainda persistem nessa actividade continuam a precisar da nossa ajuda, particularmente da sua.

Antes de dar a habitual moeda, pense que é exactamente essa moeda que vai contribuir para perpetuar o problema de quem a recebe. Até porque ela irá parar aos bolsos de quem faz um negócio desumano com a desgraça alheia.

Dar a moeda pode ajudar a resolver o nosso desconforto interior, mas conduz, fatalmente, à eternização do fenómeno na nossa cidade.

Por isso, por muito que lhe custe, continue a não dar. Nós continuamos a dar por si.

O caminho justo e solidário é o que conduz à inclusão... à liberdade!

EM NOME DA NOSSA CIDADE, MUITO OBRIGADO.

A depuração da paisagem urbana, através da eliminação de um dos elementos mais embaraçosos para o poder político, é justificada, peremptoriamente, por razões de segurança. Dito ao contrário, o imperativo da segurança conduz facilmente a um exercício de estigmatização. O rótulo e o estigma da droga liminarmente lançados sobre os arrumadores, mesmo que nem todos sejam utilizadores de drogas,² legitimam um programa político higienizador que se auto justifica com objectivos socialmente aceitáveis e valorizados e politicamente irrepreensíveis aos olhos de cidadãos preocupados. A evidência de uma acção higienizadora apresenta-se aos responsáveis municipais como inquestionável e está patente nas declarações do mentor do projecto, proferidas por ocasião da realização do balanço do primeiro meio ano de funcionamento. Em declarações ao *Jornal de Notícias* (Norte, 2002) referiu-se aos arrumadores incluídos no projecto como sendo quase todos “casos perdidos”, utilizadores de drogas há anos, que arrumavam carros para financiar a toxicod dependência e que dormiam onde calhava. A estas características estigmatizantes junta-se a informação gravosa de que muitos dos incluídos no “Porto Feliz” têm cadastro policial por vagabundagem ou por terem cometido pequenos delitos. E, *last but not least*, a maioria é portadora de doenças infecciosas, o que constitui um problema de saúde pública num “quadro social preocupante”. Daí ser fácil concluir que “ninguém gosta de arrumadores. Todos preferem ignorá-los a dar-lhes a moedinha da praxe por um serviço que ninguém pediu e, muito menos, agradece. No entanto é impossível não notar a proliferação, por toda a cidade, e até nos arredores, destes indivíduos magros, barbudos, de idade indefinível e com rostos marcados pelas drogas”.

Assim, embora seja “verdade que foram eles que se excluíram (...), todos temos o dever de os voltar a incluir” – afirmou Carlos Mota Cardoso ao *Jornal de Notícias* (Norte, 2002). A operacionalização do projecto começa, por isso, com a identificação dos arrumadores. Passa depois por convencer os seus destinatários a aderir a um programa de desintoxicação, um trabalho da responsabilidade da “Unidade de Intervenção Sócio-Sanitária”. Segue-se uma fase de tratamento ambulatorio. Sucede-lhe outra fase de formação profissional. E, por fim, aparece a inserção profissional. Para o primeiro meio ano de funcionamento do projecto a instituição que o gere orçamentou 200 mil euros, o que traduz um investimento irrisório dados os supostos benefícios sociais que decorrem da sua aplicação. Também pelo lado orçamental, embora posteriormente o orçamento tenha vindo a crescer até aos 3 milhões de euros em 2004, a justificação do projecto se viu devidamente caucionada.

² José Machado Pais (2001), no estudo que fez em Lisboa sobre os arrumadores, revela que o universo heterogéneo dos arrumadores não é redutível aos utilizadores de drogas, embora estes sejam a maior parte, e conclui que o senso comum e os media legitimam a associação directa e simples entre o consumo de drogas ilícitas e a delinquência.

O balanço feito no primeiro meio ano de funcionamento da iniciativa, procurando evidenciar o seu enorme sucesso, foi aproveitado para recuperar uma ideia originalmente presente na concepção do projecto e para lhe conferir uma base social de apoio alargada a toda a cidade. “Porto Feliz: um desígnio”, como foi projectado, ofereceu tratamento de desintoxicação a 200 arrumadores nos primeiros seis meses de funcionamento. No balanço desse meio ano, a imprensa e a cidade ficaram a saber que duas dezenas estavam prontos para serem inseridos profissionalmente, desempenhando tarefas de reconhecido valor para a sociedade, designadamente tapar buracos da via pública e limpar as praias da cidade. O elemento perturbador da paisagem urbana regressa a essa paisagem para a tornar aprazível e *feliz*. Em cerimónia pública de balanço, o Presidente da Câmara diria mesmo que os resultados do “Porto Feliz” se encontram “à vista de todos e reflectem-se na qualidade de vida dos recuperados e das suas famílias, mas também na nossa qualidade de vida global” (Alves, 2003a).

E aproveitou para lembrar, não fosse o grande desígnio ser esquecido, que o esforço empreendido no combate à toxicodependência é “um elemento decisivo em matéria de política de segurança” (*idem*, 2003a).

O “Porto Feliz” foi concebido para ser o desígnio de uma cidade. Não é só um projecto de combate à exclusão social, como, *grosso modo*, tem sido muitas vezes apresentado. É também um projecto que assenta na ideia que a cidade tem de se empenhar na concretização dos seus desejos, designadamente os que têm a ver com a segurança e com a ordem. Por isso, decorrido apenas um mês de existência, numa cerimónia presidida pelo Presidente da Câmara e pelo mais ilustre banqueiro da cidade, foi criada a conta bancária “Porto Feliz”, tendo os portuenses sido convidados a associarem-se financeiramente de modo a garantir o sucesso da iniciativa. A esta acção seguiram-se outras que procuraram vincar que os desígnios do “Porto Feliz” correspondem também à ambição colectiva de uma cidade. Em Novembro de 2002, com a participação de cerca de 200 comensais, realizou-se “uma noite de gala pelos arrumadores” destinada a recolher fundos para o projecto (Silva, 2002). E na celebração do primeiro aniversário do projecto foi adoptada uma nova iniciativa destinada a reforçar o envolvimento da população e a garantir a sua cooperação efectiva para os objectivos do “Porto Feliz”. Assim, sob o lema “Contribua. Não dê nada. Nós damos por si”, a Câmara Municipal envolveu-se, com o empenho dos seus mais elevados representantes, em acções de rua destinadas a convencer os automobilistas a não darem moedas aos arrumadores.

Os panfletos distribuídos aos automobilistas são o indicador mais visível, passado o primeiro ano de existência do projecto, que uma campanha de sensibilização em larga escala se tornava necessária para assegurar o seu sucesso. O poder político menosprezou à partida o complexo mundo dos arrumadores que José Machado Pais retrata (2001). A relação fornecedor-cliente que os arrumadores cultivam com muitos dos utentes do serviço que oferecem, a concepção da sua actividade como uma profissão possuidora de uma ética própria, os rendimentos obtidos pelo exercício da actividade, a valorização da flexibilidade do horário laboral e da independência em relação a hierarquias, a juntar aos receios dos automobilistas em verem os seus carros danificados por não darem moeda, são alguns dos factores que delimitaram as condições de sucesso do projecto.

Conhecidos os primeiros reveses, com arrumadores a fugir à abordagem dos assistentes sociais da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto e com automobilistas a não acatar o pedido de reter as moedas nos bolsos, o poder político embarcou num discurso de radicalização dos argumentos de segurança. Paulo Morais, Vice-Presidente da Câmara Municipal, declarou num debate público, em Fevereiro de 2003, que “o combate à exclusão deve ser considerado uma guerra. Há muitos interesses, lóbis e corporações que se alimentam da exclusão”. Para acrescentar que a erradicação do fenómeno dos arrumadores também é uma guerra contra “as organizações mafiosas do tráfico de droga”. Rematando com o argumento que “na guerrilha contra estas corporações, temos que ser rápidos. Havia carrinhas a deixar arrumadores no local (Praça de Francisco Sá Carneiro). As máfias não podiam tomar conta do terreno” e que, nessa medida, o “Porto Feliz” “valeu a pena porque mudou o paradigma social da cidade” (Hugo Silva, 2003a). Esta radicalização do discurso político depressa encontrou apoio nas análises populares. Ouvido pelo *Jornal de Notícias*, em Novembro de 2003, um automobilista do Porto confessava que, não obstante estar de acordo com o Presidente da Câmara relativamente à necessidade de perder o hábito de dar moeda, não deixaria de o fazer para não sofrer represálias, adiantando de seguida a solução para o problema: “Não damos as moedas e pagamos os

prejuízos. Só com mais policiamento é que essa situação se resolvia, mas vemos a polícia municipal ao pé deles e não fazem nada” (Alves, 2003b).

Da radicalização do discurso à tomada de medidas enérgicas foi um pequeno passo. O poder político municipal tinha ancorado a implementação do projecto na acção da Polícia de Segurança Pública (PSP). Em finais de 2002, as forças da ordem tinham passado algumas centenas de autos de contra-ordenação a arrumadores de automóveis, alguns deles sem domicílio certo. Nenhuma multa foi paga. Mas a verdadeira intenção desde início foi usar o poder dissuasor da intervenção da PSP. A passagem de testemunho, com a entrada em cena da Polícia Municipal, vista como mais adequada para lidar com a situação, correspondeu à adopção de medidas de persuasão mais efectivas.³ Em Outubro de 2003, agentes que tinham saído da PSP para integrar o corpo da Polícia Municipal denunciam pressões políticas para reter os arrumadores durante várias horas na esquadra de modo a levá-los a integrar o “Porto Feliz” (Norte, 2003). Estas denúncias juntavam-se a outras de Outubro de 2002, quando o Presidente da Câmara demitiu o comandante da Polícia Municipal, alegadamente por este se recusar a cumprir as directivas presidenciais que aconselhavam a retenção durante várias horas nas instalações policiais (Meireles e Norte, 2004). Os métodos em que se baseava esta intervenção paisagística, destinada a depurar a moldura social através da erradicação de elementos visualmente perturbadores, de modo a difundir a imagem que a cidade se encontrava limpa de arrumadores, suscitaram, da parte do principal partido da oposição, um pedido de parecer ao Procurador-Geral da República em relação à legalidade dos métodos.

A politização deste projecto acentuou-se quando, em 2004, o Procurador-Geral da República emitiu um parecer que considerava a detenção dos arrumadores, para efeitos de identificação, ilegal e inconstitucional. O poder Municipal, que tinha incentivado a retenção dos arrumadores nas esquadras para identificação e mesmo a detenção por crime de desobediência, nos casos de reincidência da prática de arrumador, via-se confrontado com a contestação legal dos métodos aplicados para promover a integração social e a segurança. O Procurador-Geral da República, salientando os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos consagrados na Constituição, concluiu que o crime de desobediência só se verifica quando a exigência de identificação é legitimamente efectuada, o que não se aplicava neste caso concreto (Mota e Norte, 2004). Este parecer veio polemizar ainda mais um programa controverso, com o principal partido da oposição a questionar a sua legalidade e as forças policiais a não darem mostras de abandonar a aplicação dos métodos sugeridos pelo poder municipal.

Esta politização ocorre num contexto em que o sucesso do projecto, independentemente da sua utilidade e legitimidade social, estava a ser questionado. Desde que foi lançado, o “Porto Feliz” foi sendo avaliado com balanços contraditórios feitos pelos seus responsáveis e a constante necessidade de legitimação do projecto, dada a contenda em que se viu envolvido, em nada contribuiu para ajudar a avaliar o cumprimento dos objectivos que se fixou. Em Novembro de 2002, o Presidente da Câmara afirmou serem 140 os arrumadores integrados no programa de recuperação (Silva, 2002), numa altura em que tinham sido identificados pelos técnicos da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto cerca de 500 arrumadores e contactados 317 (82 dos quais recebiam acções de formação). Em Dezembro de 2003, o mesmo responsável político informou que o total dos arrumadores do Porto se elevava a 400, e não a 700, como tinha sido estimado no início do projecto; 200 tinham sido, então, conduzidos para acções de tratamento e 100 tinham manifestado “vontade em integrar o programa”. Estes dados permitiram ao autarca concluir que, apesar dos 60 resistentes que não tinham aderido ao “Porto Feliz” por “não reunirem condições psicológicas”, o fenómeno dos arrumadores estava erradicado (Luz, 2003).⁴ Não tão erradicado, porém, que não tivesse levado a Câmara Municipal a aumentar o seu orçamento para o projecto e a lançá-lo em novas bases. Concretamente, distribuindo 4

³ Embora a cidade do Porto disponha de uma polícia municipal desde 1938, por via de um acordo entre a Câmara Municipal e a Polícia de Segurança Pública, esse corpo de intervenção foi estruturado em bases diferentes das definidas na Lei nacional de 1999, que veio permitir a criação de polícias municipais. A entrada em vigor desta Lei, depois alterada em 2004, veio definir novas competências para as polícias municipais, o que permitiu que, no Porto, a partir de 2002, ela fosse encarada pelo poder político recém-eleito como potencialmente mais eficaz para lidar com o problema dos arrumadores.

⁴ O *Jornal de Notícias* que, durante dois dias de Dezembro de 2003 fez uma investigação por vários locais da cidade, na sequência das declarações públicas do Vice-Presidente da autarquia que insistia “já não haver arrumadores no Porto”, recenseou 85 arrumadores (Luz, Norte e Silva, 2003).

euros por dia a todos os aderentes ao projecto e estabelecendo regras rigorosas de conduta para os participantes.

O desaparecimento súbito, neste discurso do Presidente da Câmara, de pelo menos metade dos arrumadores recenseados ocorreu num momento em que uma outra questão importante dos processos de promoção de medidas de segurança se levantava.⁵ Referimo-nos concretamente aos conhecidos efeitos laterais de medidas de promoção de segurança, designadamente a deslocalização da insegurança para zonas menos mediáticas e menos frequentadas pelas classes médias urbanas. Em Março de 2003, habitantes de Vila do Conde queixam-se de estarem fartos de roubos sucessivos, supostamente perpetrados por ex-arrumadores integrados no “Porto Feliz” e deslocados para a Colónia da Árvore. Embora, de acordo com os depoimentos recolhidos por Nuno Silva (2003b), a reacção dos residentes se baseie em preconceitos, dado os vizinhos da Colónia não terem razão de queixa e não ter dado entrada qualquer acusação no posto da Guarda Nacional Republicana, é forçoso reconhecer que estamos aqui a lidar com uma dimensão não negligenciável dos processos de promoção de medidas de segurança, designadamente quando as pretensas causas de insegurança são deslocadas. Este efeito é tanto mais sintomático quanto envolve, como foi o caso, não apenas a contestação de populares furiosos, mas as próprias entidades políticas. No caso o Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, disposto, também ele, a tomar medidas para solucionar o problema.

Não menos sintomático é o efeito espontâneo de modelação de projectos de promoção da segurança. O “Porto Feliz” não demorou a tê-los. E foram, desde logo, cidades próximas do Porto a querer replicar o modelo. Em Aveiro, no início de 2003, a Câmara Municipal decidiu não só regulamentar a actividade de arrumador, mas também, inspirando-se no “Porto Feliz”, dar início a um programa de erradicação dos arrumadores. “Agir para inserir” retoma a filosofia do “Porto Feliz” a uma outra escala, já que aqui o universo de arrumadores se limitava a cerca de 30. Para esta árdua tarefa foram mobilizadas 11 instituições para colaborar com a autarquia, incluindo a PSP e a Polícia Municipal (Costa, 2003). Em Julho, a Câmara de Barcelos envereda pela mesma disposição e em Guimarães desde o início do ano que vinham sendo feitas exigências de replicar o “Porto Feliz”. Os dirigentes locais do Partido Popular, sem perderem o “Porto Feliz” de vista, propuseram mesmo medidas mais drásticas, como “o recenseamento dos drogados do concelho para que maior número seja tratado” (Forte, 2003).

As cidades estão em crise?

A ideia que as cidades estão em crise parece ter-se tornado um lugar-comum. A concentração da população nas cidades, o crime e a violência, a degradação paisagística e ambiental, a decadência das infra-estruturas, o declínio da economia industrial, o aumento do desemprego, o trânsito e o estacionamento, a falta de habitação e a marginalidade, são factores recorrentemente apontados como sintomas da crise das cidades. A insegurança faz parte deste novo léxico relativo às cidades. Ela parece resumir todos os medos de uma civilização definitivamente urbana cujas linhas que definem o seu futuro são cada vez mais incertas. Asfixiadas pelo crescimento ou vítimas de um declínio incontornável e agonizante, as cidades parecem não conseguir escapar aos discursos negativistas que

⁵ Num balanço efectuado pela Câmara Municipal do Porto em Julho de 2003, por ocasião do primeiro aniversário do projecto, o “Porto Feliz” tinha recenseado 752 arrumadores, 230 dos quais já tinham aderido. A maioria destes encontravam-se em tratamento ambulatorio (129) ou a receber acções de formação (177), sendo reduzido o número dos que tinham chegado à fase da inserção profissional (Hugo Silva, 2003b). Passado um ano, Nuno Silva (2003a) faz eco de um balanço ainda mais negativo. Dos 1246 contactados, apenas 449 chegaram a integrar o “Porto Feliz”, 350 estavam em tratamento, 80 estavam colocados em casas de abrigo e só cerca de 50 chegaram à fase da inserção profissional. Não obstante o limitado sucesso, desde as recaídas dos arrumadores que chegam à fase do tratamento até aqueles que abandonam o projecto sem atingirem essa fase, passando pela prática de comportamentos de risco e de ilegalidades entre os aderentes (como o provam os inquéritos do Centro de Investigação dos Problemas Sociais, criado para monitorizar o projecto), as entidades promotoras do projecto não desistiam de asseverar o seu incontestável sucesso. Faziam-no indo de encontro, como revela Nuno Silva (2003a), ao orgulho que domina a consciência das classes médias, sempre dispostas a solicitar medidas de segurança. Davam, por isso, como exemplo irrefutável do sucesso o facto de “57 utentes terem pago o IRS”, numa clara “prova de reintegração social”.

sobre elas se produzem (Ascher, 1998). Face às pressões dos processos económicos dominantes, e aos discursos negativos sobre as cidades, a retórica política dos governantes locais tende a reproduzir a situação contraditória em que as cidades se encontram. Esses discursos balançam entre uma exacerbação do sentimento de crise e de insegurança e a necessidade em desenvolver estratégias sustentáveis de combate ao declínio, encarando o ambiente e a paisagem física e social como um património e um recurso não renovável.

Dir-se-ia, por outro lado, que vivemos no tempo das cidades e que estas assumem hoje um protagonismo crescente enquanto actores políticos, económicos e culturais (Le Galès, 2003). As condições que enformam a crise que a cidade supostamente atravessa e os processos que visam evitá-la ou pôr-lhe cobro, quer sejam de iniciativa pública, privada ou mista, quer sejam da iniciativa da sociedade civil que actua no sector não mercantil, estão a levar-nos a olhar para as cidades como se de actores sociais se tratasse. É o crescente pendor estratégico e, em alguns casos, voluntarista desses processos erigidos e mantidos em nome da cidade que reforça o pressuposto de que as cidades estão a ser encaradas como actores sociais que, além de possuírem uma identidade são também capazes de a gerir e transformar. A própria mediatização das cidades tem a ver com o facto de estas terem vindo gradualmente a personificar um conjunto de dinâmicas marcantes nos nossos dias, e, se a cidade está em crise, é porque ela assumiu um lugar tão central na civilização moderna que as crises da sociedade são vistas como crises da cidade (Peixoto, 2000).

No jogo da apresentação mediática em que as cidades se movem, a radicalização de uma diferença, qualquer que seja, (Fortuna, 1999), necessária para criar um sentido de identidade única, leva a que as cidades se tenham vindo a concentrar mais em políticas de tratamento do espaço que na paisagem cívica que as envolve. A questão, como afirma Donzelot (2003) é que não se pode querer fazer cidade sem fazer sociedade. Esse parece estar a ser o grande equívoco das políticas urbanas que prestam mais atenção aos lugares e que dão mais importância à confiança devida às instituições que aquela que é devida às pessoas. O caso que, com este texto, retratámos procura realçar dimensões do estado de sítio em que a paisagem cívica se encontra no contexto das políticas e da retórica urbana dominantes. Perdidas numa retórica política e mediática avassaladora e na profusão de soluções plásticas e cosméticas de fachada que visam actuar sobre o espaço urbano, as questões importantes da segurança da paisagem cívica das cidades são frequentemente instrumentalizadas, banalizadas ou elididas.

O caso que mobilizamos neste texto permite retirar algumas conclusões sobre a anatomia da insegurança urbana em cidades portuguesas. Em primeiro lugar, e desde logo, a constatação da proliferação de discursos, sobretudo políticos e mediáticos, sobre a insegurança urbana. O facto de, com maior frequência, se falar de segurança que de insegurança parece ser revelador desse aproveitamento político e mediático que se faz desta matéria sensível. Ou seja, é a segurança enquanto valor inalienável das classes médias urbanas que está na origem dos excessos de retórica política e mediática, mais do que os indicadores e as situações de insegurança. À falta de indicadores assustadores de insegurança torna-se necessário exacerbar e reinventar a segurança. O caso do Porto permite-nos concluir que por trás dos discursos e das medidas de promoção de segurança se escondem evidentes ideologias de higienização do espaço público. A análise desta cidade do norte de Portugal permite-nos igualmente concluir que o valor estratégico dos discursos sobre a segurança reside essencialmente no experimentalismo técnico e social que permite e legitima. Este experimentalismo, nos variados modos da sua concretização, é um fornecedor de álibis para uma acção política que pretende elidir as causas da insegurança e, com isso, a ineficácia e as limitações da governação das cidades.

Representações díspares do centro urbano, seja como lugar perigosos e mal frequentado, seja como lugar funcional e agradável par viver, legitimam programas de acção e de ordenamento do espaço muito diferentes. Nesse sentido, os discursos sobre a segurança podem e devem ser encarados como transportando ideologias de transformação das paisagens urbanas. O caso analisado, incidindo sobre um local central de uma das mais conhecidas entre as cidades portuguesas – o que o torna, desde logo, alvo da atenção mediática – dá conta do exacerbamento dos riscos de insegurança para fins políticos e mediáticos. Acresce que a retórica política e a cultura dos media fazem emergir sentimentos desproporcionados de insegurança que preenchem a função social de tornar natural a relação com riscos reais, na medida em que identificam perigos inexistentes ou insignificantes mas que pairam

como ameaças fatais. Por outro lado, a emergência de sentimentos de insegurança, motivada por discursos políticos e mediáticos, finda por ter consequências muito claras sobre os modos de ver e de viver a cidade. Os indivíduos acabam por adquirir uma percepção individual sobre a perigosidade de certos actos e sobre a frequência de certos espaços que os leva a desenvolver uma representação fragmentária da cidade, julgando-se muitas vezes seguros onde o perigo existe e ameaçados onde ele é irrelevante.

Referências bibliográficas

- ALVES, Virgínia (2003a), “Menos moedinhas para os arrumadores” in *Jornal de Notícias*, edição de 28 de Janeiro.
- ALVES, Virgínia (2003b), “Moedas continuam a sair dos bolsos” in *Jornal de Notícias*, edição de 18 de Janeiro.
- ASCHER, François (1998), *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora.
- BODY-GENDROT, Sophie (2001), *Les villes. La fin de la violence?* Paris: Presses de Sciences PO.
- BODY-GENDROT, Sophie e LE GUENNEC, Nicole (1998), *Mission sur les violences urbaines*. Paris: La Documentation Française.
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (2004), "CM Porto". Página consultada em 12 de Fevereiro de 2004. Disponível em http://www.cm-porto.pt/pageGen.asp?SYS_PAGE_ID=455902&ID=921
- COSTA, João Paulo (2003), “Câmara quer acabar com os arrumadores” in *Jornal de Notícias*, edição de 22 de Fevereiro.
- DONZELOT, Jacques (2003), *Faire société. La politique de la ville aux États-Unis et en France*. Paris: Seuil.
- FORTE, Joaquim (2003), “Populares exigem drogados «limpos». Concelhia do PP defende tratamento compulsivo dos toxicodependentes” in *Jornal de Notícias*, edição de 28 de Fevereiro.
- FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*. Lisboa: Celta.
- LE GALES, Patrick (2003), *Le retour des villes européennes. Sociétés urbaines, mondialisation, gouvernement et gouvernance*. Paris: Presses de Sciences PO.
- LUZ, Carla Sofia (2003), "Ex-arrumadores vão tapar buracos” in *Jornal de Notícias*, edição de 23 de Janeiro.
- LUZ, Carla Sofia; NORTE, Helena e Silva, Hugo (2003), “Paulo Morais não vê arrumadores no Porto” in *Jornal de Notícias*, edição de 15 de Fevereiro.
- MEIRELES, Adelino e NORTE, Helena (2004), “Câmara continuará a pedir apoio da PSP. Mudanças na PM relançam polémica sobre detenções” in *Jornal de Notícias*, edição de 13 de Agosto.
- MOTA, José e NORTE, Helena (2004), “Detenção de arrumadores para identificação é ilegal” in *Jornal de Notícias*, edição de 13 de Agosto.
- NORTE, Helena (2002), “Aprender a arrumar a vida” in *Jornal de Notícias*, edição de 15 de Dezembro.
- NORTE, Helena (2003), “Polémica na Polícia Municipal” in *Jornal de Notícias*, edição de 16 de Outubro.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.

- PEIXOTO, Paulo (2000), “Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de *marketing* urbano”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 99-122.
- SILVA, Hugo (2002), “Uma noite de gala pelos arrumadores” in *Jornal de Notícias*, edição de 11 de Novembro.
- SILVA, Hugo (2003a), “Luta contra Máfias” in *Jornal de Notícias*, edição de 23 de Fevereiro.
- SILVA, Hugo (2003b), “Reaberta polémica sobre o Porto Feliz” in *Jornal de Notícias*, edição de 23 de Julho.
- SILVA, Nuno (2003a), “Vidas” in *Jornal de Notícias*, edição de 7 de Novembro.
- SILVA, Nuno (2003b), “Vila do Conde. Colónia da polémica” in *Jornal de Notícias*, edição de 2 de Março.